

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. JORGE GOETTEN)

Dispõe sobre o uso de reconhecimento facial para o cadastro e autenticação de usuários em redes sociais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre o uso de reconhecimento facial para o cadastro e autenticação de usuários em redes sociais.

Art. 2º Os arts. 5º e 12 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

XI – rede social: aplicação de internet cuja principal finalidade seja o compartilhamento e a disseminação, pelos usuários, de opiniões e informações, veiculados por textos ou arquivos de imagens, sonoros ou audiovisuais, em uma única plataforma, por meio de contas conectadas ou acessíveis de forma articulada, permitida a conexão entre usuários, e que seja provida por pessoa jurídica que exerça atividade com fins econômicos e de forma organizada, mediante a oferta de serviços ao público brasileiro;

XII – reconhecimento facial: tecnologia que analisa características biométricas do rosto de uma pessoa para verificar a sua identidade.” (NR)

“Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nos



arts. 10, 11 e 17-A ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

.....” (NR)

Art. 3º Acrescente-se a seguinte Seção II-A ao Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014:

“Seção II-A

Das Redes Sociais

Art. 17-A. O provedor de rede social deverá exigir reconhecimento facial para o cadastro de usuários, utilizando tecnologia que assegure a correspondência entre o rosto do usuário e a foto em documento oficial emitido por autoridade competente.

§ 1º O provedor de rede social deverá bloquear as contas dos usuários já cadastrados que não realizarem o procedimento previsto no *caput* no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Reconhecimento facial deverá ser exigido na autenticação do usuário em rede social.

§ 3º O provedor de rede social deverá adotar medidas adequadas para garantir a legitimidade de qualquer alteração nos dados cadastrais dos usuários, especialmente aqueles necessários para a autenticação na aplicação.

§ 3º Os dados biométricos coletados para o cumprimento deste dispositivo deverão ser armazenados e tratados conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado seu uso para finalidades distintas da autenticação do usuário.”



Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

As redes sociais são palco de debates, manifestações e trocas culturais, e desempenham papel relevante na formação de nossa sociedade. No entanto, a forma atual de cadastro de usuários traz alguns desafios que ainda carecem de solução, como a criação de perfis falsos e o sequestro ou roubo de contas em redes sociais.

Esses problemas geram transtornos enormes aos usuários dessas aplicações. Perfis falsos propiciam práticas de difamação, assédio e *bullying* virtual e frequentemente são criados para atacar indivíduos de forma anônima, causando danos psicológicos e sociais, especialmente entre crianças e adolescentes. Além disso, também são utilizados para aplicação de golpes *online*, enganando usuários para obter vantagens indevidas.

Os atuais métodos de autenticação também facilitam o roubo de contas em redes sociais. Mesmo métodos modernos de autenticação são vulneráveis a ataques de engenharia social ou ao acesso indevido ao dispositivo da vítima. Quando um perfil é roubado, o titular perde o acesso a sua própria identidade digital, o que pode resultar em exposição indevida de informações pessoais, golpes financeiros e extorsão, eventualmente causando prejuízos financeiros ou em sua reputação. É um risco para os usuários, que muitas vezes enfrentam dificuldades para recuperar sua conta.

Este projeto mitiga esses problemas ao exigir o uso de reconhecimento facial no cadastro de usuários em redes sociais. Ao vincular cada conta a uma identidade biométrica, essa tecnologia inibe a criação de perfis falsos, uma vez que impede o cadastro de contas sem uma identificação válida associada, tornando o ambiente digital mais seguro e responsável. Mesmo que um usuário use um nome falso em seu perfil, ele estará vinculado a uma identificação válida.



O uso dessa ferramenta também contribui para a prevenção e a recuperação de contas roubadas, uma vez o reconhecimento facial se torna obrigatório para a autenticação do usuário. Isso dificulta a ação de invasores e agiliza a restituição do perfil ao legítimo titular em caso de comprometimento.

Essa proposta representa um avanço para a segurança digital. Pretendemos reduzir significativamente a criação de perfis falsos e dificultar o roubo de contas, tornando o ambiente *online* mais confiável e transparente. Trata-se de uma solução eficaz e necessária para enfrentar os desafios da era digital e promover um espaço mais seguro para todos.

Pelas razões expostas, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado JORGE GOETTEN

2025-2865

